



**BARES TRADICIONAIS NO RIO DE JANEIRO:
A HERANÇA PORTUGUESA NO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA**

**BARES TRADICIONALES EN RIO DE JANEIRO:
LA HERENCIA PORTUGUESA EN EL PATRIMONIO CULTURAL DE RIO**

**TRADITIONALS BARS IN RIO DE JANEIRO:
THE PORTUGUESE ENTAIL IN RIO'S CULTURAL HERITAGE**

Amanda Danelli Costa¹

Leonardo de Carvalho Augusto²

Thais Alves Corrêa Rodrigues³

 10.21665/2318-3888.v7n14p101-124

RESUMO

O presente artigo é um dos primeiros resultados da pesquisa que investiga o bar tradicional como bem cultural carioca. Na pesquisa, além de levantamento bibliográfico sobre o tema, realizaram-se entrevistas nos primeiros doze bares registrados pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Para o presente artigo destacamos uma série de análises, a partir das referências bibliográficas, que nos ajudaram a compreender a imigração portuguesa nos séculos XIX e XX como uma influência cultural, que contribuiu definitivamente para a construção dos valores que hoje se reconhecem nos bares tradicionais cariocas, a ponto de elevarem alguns desses bares à patrimônio cultural carioca. No Rio de Janeiro, os bares são lugares que conjugam espaço privado e espaço público, casa e rua, entes vivos da cidade e dos cariocas que experimentam ali momentos de tempo livre e lazer. Nossa principal hipótese é a de que os bares tradicionais se tornaram bens culturais justamente porque sua historicidade e as sociabilidades que ensejam contribuem para a construção e o entendimento do que é a cultura urbana carioca desde o passado até os dias de hoje.

Palavras-chave: Bares. Rio de Janeiro. Bens Culturais. Imigração Portuguesa. Cultura Urbana.

¹Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (2011). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6845-4733>. E-mail: amandadanelli@hotmail.com.

²Doutorando em História pela UERJ. Professor da PUC-Rio e do IBC. leonardodecarvalhoaugusto@hotmail.com.

³Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: acrodriques.thais@gmail.com.

ABSTRACT

This article is one of the first results of the research that investigates the traditional bar as a cultural heritage in Rio. In the research, in addition to a bibliographical survey on the subject, interviews were conducted in the first twelve bars registered by the City of Rio de Janeiro. For the present article, we highlight a series of analyzes, based on bibliographical references, that help us to understand Portuguese immigration in the 19th and 20th centuries as a cultural influence, which definitely contributed to the construction of the values that are now recognized in the carioca's traditional bars, to the point of elevating some of these bars to the cultural heritage of Rio. In Rio de Janeiro, bars are places that combine private space and public space, home and street, living entities of the city and the people of Rio that experience moments of free time and leisure there. Our main hypothesis is that traditional bars have become cultural goods precisely because of their historicity and the sociabilities they provide contribute to the construction and understanding of what is the urban culture of Rio de Janeiro from the past to the present day.

Keywords: Rio de Janeiro. Cultural Heritage. Portuguese immigration. Urban Culture.

RESUMEN

El presente artículo es uno de los primeros resultados de la investigación que averigua el bar tradicional como bien cultural carioca. En la investigación, además del levantamiento bibliográfico sobre el tema, se realizaron encuestas en los primeros doce bares registrados por la municipalidad de Río de Janeiro. Para este artículo destacamos una serie de análisis, a partir de las referencias que nos ayudan a comprender la inmigración portuguesa en los siglos XIX y XX como una influencia cultural que sin duda contribuyeron a la construcción de los valores que hoy son reconocidos en los bares tradicionales de Río de Janeiro, a punto de elevar algunos de esos bares al patrimonio cultural carioca. En Río de Janeiro, los bares son lugares que conjugan espacio privado y espacio público, casa y calle, entes vivos de la ciudad y de los cariocas que experimentan allí momentos de tiempo libre y de ocio. Nuestra principal hipótesis es que los bares tradicionales se han convertido en bienes culturales justamente porque su historicidad y las sociabilidades que aportan apoyan a la construcción y el entendimiento de lo que es la cultura urbana carioca desde el pasado hasta los días de hoy.

Palabras clave: Bares. Rio de Janeiro. Bienes Culturales. Imigración Portuguesa. Cultura Urbana.

Introdução

Em 2011 a Prefeitura do Rio de Janeiro divulgou decreto que listava doze bares tradicionais da cidade como parte do patrimônio imaterial da municipalidade. Com esse gesto, a municipalidade entrecruzava reflexões e ações de diferentes espécies em torno dos bares: em primeiro lugar, esteve claro desde o início, através das falas oficiais, que – antes da antiguidade, aspectos arquitetônicos, culinária ou valor histórico – o aspecto que mais chamava a atenção nos bares cariocas era o tipo de sociabilidade específica que se construía e se sustentava nesses ambientes, que se tornavam cada vez mais raros; em seguida se observou que o local onde se localizava a maior parte desses bares sofreu a partir daquele momento uma série de intervenções urbanísticas, em razão dos megaeventos que aconteceram na cidade do Rio em 2014 (Copa do Mundo de Futebol) e 2016 (Jogos Olímpicos), alterando substancialmente as condições de sobrevivência dos bares naquele espaço pouco a pouco regenerado; por fim, tais bares passaram a frequentar mais comumente os guias turísticos, folders, *blogs* e *sites* de divulgação turística da cidade, fossem oficiais ou não, convidando os visitantes a travarem contato com o espírito carioca através das idas aos bares da cidade.

Entre 2012 e 2014 atuamos como pesquisadora e estagiária em uma equipe multidisciplinar que realizou dezenas de trabalhos de campo, pesquisa documental e entrevistas nesses primeiros doze bares que se tornaram bens culturais da cidade do Rio de Janeiro. Desde então, vimos percebendo que o fato de alguns desses estabelecimentos terem fechado, serviu de sinal para que a prefeitura organizasse uma narrativa patrimonial de valorização (GONÇALVES, 1996) e salvamento de outros bares igualmente tradicionais, em especial daqueles que se localizavam justamente no local que sofreria reformas urbanas e importante atuação dos agentes de especulação imobiliária na cidade do Rio de Janeiro, às vésperas dos megaeventos. Além disso, os bares transformados em bens culturais se tornariam mais um atrativo turístico da cidade maravilhosa, que punha em diálogo o necessário cosmopolitismo do centro reurbanizado com aspectos tradicionais da cultura urbana carioca.

No presente artigo, nos dedicamos especificamente a relacionar um dos traços de especificidade dos bares cariocas – suas sociabilidades – à herança ibérica,

especialmente portuguesa, a fim de produzirmos uma compreensão mais ampla sobre como a ancestralidade dos bares cariocas afeta ainda hoje as dinâmicas de experiência e vivência nesses ambientes, construindo, junto a outros elementos, aquilo que conhecemos por cultura urbana carioca. É preciso que compreendamos desde já que justamente porque os bares tradicionais mantêm estreita relação com a cultura urbana carioca se justifica o interesse por criar um cadastro onde alguns aparecem selecionados e identificados como bens culturais cariocas, de modo que esses bares são simultaneamente chaves para que se acesse à cultura urbana carioca como são também elementos sociais que constroem e compõem tal cultura.

1. Imigração portuguesa e sua dinâmica comercial e social

A vivência do bar, pelo carioca, está diretamente relacionada à sua percepção e participação na dinâmica comercial e social destes estabelecimentos ao longo dos anos. Por isso é imprescindível produzir um estudo da conjuntura que leve em consideração a relação existente entre esses estabelecimentos com o desenvolvimento econômico, social e comercial do Rio de Janeiro a fim de esclarecer suas relações com as diferentes camadas da população. Para o presente artigo, realizou-se um estudo ambientado especialmente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esse destaque temporal se faz relevante, pois foi justo nessa fase que se viu um crescimento exponencial dos bares no centro do Rio de Janeiro. Já no século XX percebemos uma intensa transformação dos bares, primeiramente como resultado das intenções das reformas Passos e, posteriormente, em razão das transformações econômicas e influências estrangeiras, especialmente francesas e norte-americanas, que afetaram esse tipo de comércio (VAROTTO, 2006).

O desenvolvimento comercial brasileiro é um dos grandes responsáveis pelo crescimento da população, contribuindo, por conseguinte, para o desenvolvimento e diversificação dos estabelecimentos varejistas no Brasil (VAROTTO, 2006). O início do século XIX constituiu um marco de mudança no perfil econômico brasileiro, principalmente no Rio de Janeiro, que desde 1808 fazia as vezes de cidade-capital e

corde. Esse período marcou a transformação da cidade em um centro político e econômico do Império Português (BARRA, 2008).

Desde a colonização até a vinda da família real aos trópicos, motivada pela pressão das expansões napoleônicas naquela época, a economia da colônia girava em torno da plantação de cana-de-açúcar, além da extração de minérios, e pelo ideário baseado no escravismo e na concentração latifundiária, o que em larga medida também se observava na cidade do Rio de Janeiro, salvas as suas particularidades, como é o caso de ter atuado como importante núcleo de abastecimento para o centro-sul da colônia. Essa realidade se instaurou de tal forma que o modelo econômico pautado pela mão-de-obra cativa só começou a perder forças em meados de 1800, com o fim do tráfico transatlântico.

Ressalta-se ainda que o escravo não era visto apenas como mão-de-obra, mas como uma peça, sendo objetificado, de modo que ele possuía um valor em si a partir do momento em que era comercializado através do tráfico-negreiro e, ao trabalhar na lavoura e nas cidades, ainda produzia mais valores, lucrando com esse sistema econômico tanto o dono do escravo como o traficante de escravos. Mesmo com essa medida, a escravidão no Brasil ainda persistiu significativamente até 1888, quando foi assinada a Lei Áurea (FLORENTINO, 2015). O início do século XIX foi marcado também, pela crescente importação de artigos oriundos da Europa, o que transformou o comércio na região portuária do Rio de Janeiro que até então era uma referência na exportação.

Dois importantes gatilhos para o desenvolvimento do comércio na zona central da cidade foram a abertura dos portos às Nações Amigas, em 1808, e uma crescente mudança no perfil da população do Rio de Janeiro e em sua mão de obra em todo o século XIX, mais especialmente nas últimas décadas do século XIX. Entre os anos de 1799 e 1821, a população aumentou em 91%, sendo destes aproximadamente 15 mil estrangeiros (VAROTTO, 2006). O crescimento vertiginoso dos habitantes da cidade fez com que a procura por serviços e moradias ampliasse, e, com isso, o grau de exigência por manufaturas importadas tornou-se cada vez maior, o que justificou o interesse de muitos europeus em estabelecerem moradia e negócio no Rio de Janeiro (MENEZES, 2011). Quanto aos estrangeiros que imigraram para a capital no início do século XIX, pode-se ressaltar que 63,4% (ASSIS & DUARTE, 2007) eram de origem lusitana. Esse alto

índice populacional português justifica as marcas profundas nos costumes comerciais e nos hábitos alimentares dos cariocas.

Pode-se entender que o crescimento exponencial do comércio no Rio de Janeiro é justificado também, em grande parte, pelo fim do tráfico negreiro em 1850, que disponibilizou um grande contingente de mão de obra livre nas zonas urbanas, e, posteriormente, o término do período escravista. Graças ao fim deste ciclo, parte do capital anteriormente investido para compra dos cativos foi direcionado para o setor de serviços e auxiliou no desenvolvimento da zona urbana do Rio de Janeiro. Esse raciocínio é complementado pela ideia de que: “após a independência e, por volta de 1850, com a proibição do tráfico de escravos, muitos capitais são redirecionados para a importação de produtos semiduráveis, duráveis e supérfluos da Europa e dos Estados Unidos” (VAROTTO, 2006, p. 87-88).

A imigração europeia para terras brasileiras, ao longo do século XIX e início do XX, teve um volume significativo de lusitanos. “No caso português a dominância do destino brasileiro é esmagadora e o que me parece específico em relação ao século XIX e ao início do século XX [...]” (PEREIRA, 2007, p. 48). Nessa época, Portugal sofria com o clima, que assolava suas colheitas, o alto índice de desemprego na zona rural, devido à mecanização do setor primário e alta competitividade do trigo norte-americano, pela crise que assolou o capitalismo europeu: a Grande Depressão do século XIX de 1873 à 1895, que gerou uma grande evasão da população e das rigorosas normas de serviço militar. Em consonância com essas informações, temos que

Nos anos mais agudos de imigração portuguesa 271 mil indivíduos deixaram o país, entre 1911 e 1915, dos quais 90% se dirigiram para a América, principalmente para o Brasil, que recebeu 1.160.000 portugueses entre 1857 e 1924 (ARRUDA, 2007, p. 33-34).

Os portugueses que vieram eram oriundos, em sua maioria, do norte do país, principalmente da zona rural, e em grande parte eram homens jovens, de baixa escolaridade. Esses jovens vinham para trabalhar como caixeiros e na parte de serviços, principalmente em bares e armazéns, muitos destes de propriedade também de lusitanos já instalados no centro do Rio.

O centro do Rio de Janeiro oitocentista era uma área com perfil residencial e justamente por isso também de caráter necessariamente comercial, de modo que essas características foram primordiais para a expansão do pequeno comércio especificamente na zona central da cidade. Somente depois da chegada da corte portuguesa houve incentivos para a expansão da área urbana e residencial da cidade em direção à zona norte (Caju, São Cristóvão, Grande Tijuca) e à zona sul, em especial aquela próxima à Baía da Guanabara (Glória, Flamengo, Catete, Largo do Machado, Laranjeiras e Botafogo). Ainda assim, o centro da cidade seguiu residencial e comercial ao longo de todo o século XIX de modo que muitos dos estabelecimentos que se instalaram nessa parte do Rio eram voltados para o consumo cotidiano dos habitantes ali residentes. Armazinhos, armazéns, botequins e padarias compunham, portanto, o comércio local.

Os portugueses detinham 60,63% dos negócios varejistas, àquela altura, sendo deste percentual 38,67% de estabelecimentos de secos e molhados e 10,16% de botequins (Menezes, 2003). Os armazéns também foram formas de comércio de grande representatividade no Rio de Janeiro e o crescimento exponencial dos secos e molhados, como era também chamado este tipo de estabelecimento, foi de 821,96% entre 1845 e 1865. Esse perfil essencialmente português no comércio da época se justifica pela facilidade com a língua e certos hábitos já adotados pela colônia, que facilitavam a adaptação dos imigrantes lusitanos (MENEZES, 2011).

Em verdade, os livros que registravam a chegada dos imigrantes ao Rio, de meados ao fim do século XIX, e toda a articulação comercial proveniente dos estrangeiros não eram completos e, por vezes, até continham informações errôneas. Podemos usar de exemplo para ilustrar essa realidade o fato de muitos documentos registrarem o nome de uma família inteira no nome do patriarca, em função de omitir principalmente a presença feminina, pois essas tinham pouco ou nenhum papel de destaque na sociedade. Entretanto, a presença das mesmas no comércio se mostrou como fator relevante para o desenvolvimento do comércio nas ruas do centro do Rio, principalmente nos de origem lusitana, que tinham relação com alimentos. A relação de intimidade das mulheres portuguesas com a comida, que trazia traços do costume da mesa farta portuguesa e o

gosto por servir os seus, se mostrou como um elemento marcante dos lusitanos em estabelecimentos como armazéns, tabernas e botequins (MENEZES, 2011).

Outra observação interessante acerca da história protagonizada pelos portugueses no comércio do centro do Rio de Janeiro diz respeito ao auxílio dos proprietários lusitanos na chegada dos espanhóis em terras brasileiras. Nos anos de 1880 e 1914, muitos estrangeiros chegaram a terras brasileiras em busca de trabalho. Naquela época, houve um incentivo significativo, por parte das autoridades brasileiras, para que os forasteiros trabalhassem nos cafezais paulistas, a fim de que substituíssem a mão de obra escrava, cujo tráfico fora proibido na segunda metade do século XIX e, mesmo que pouco numerosa e por um período reduzido, sabe-se que 450 mil espanhóis chegaram ao Brasil entre 1880 e 1914 e que desse montante, uma pequena parcela permaneceu no Rio (GUIMARÃES, 1997).

O grupo originário da Galícia, por suas afinidades étnicas, linguísticas e culturais com os portugueses, foi o que mais se enraizou no Rio. [...] segundo as ocupações exercidas, descobrimos a presença daquele grupo, trabalhando no comércio de retalho e no setor de cafés, bares, botequins, pensões e hotelaria (GUIMARÃES, 1997, p.94).

Os galegos vinham, através de indicações, para trabalhar em troca de casa e comida oferecidas pelos proprietários lusitanos. Porém, nem todos tinham sucesso, mesmo com a ajuda dos pequenos comerciantes portugueses, pois:

(...) a coexistência de três movimentos migratórios na cidade — libertos, nordestinos e estrangeiros — iria gerar uma forte pressão demográfica, acompanhada da respectiva saturação do mercado de trabalho. (GUIMARÃES, 1997, p.97)

Esse fator somado aos problemas gerados para a sociedade carioca por uma parcela de espanhóis que por falta de trabalho se marginalizavam e acabavam por cometer delitos explica a ocultação da presença destes nos registros historiográficos.

Os aspectos expostos até aqui auxiliam no entendimento da relevância histórica dos portugueses no cenário socioeconômico do Rio de Janeiro àquela altura. A participação destes nas dinâmicas comerciais no centro da cidade se vê refletida nas características objetivas e subjetivas dos bares que existem até os dias de hoje, ponto este que será abordado mais expressivamente a seguir.

2. Panorama do comércio de bares no Rio de Janeiro no século XX

O centro da então capital brasileira tinha traços marcadamente coloniais em sua arquitetura, pavimentação e estrutura comercial: “a cidade era entrecortada por ruas de calçadas estreitas, calçamento de pedras e telhados pombalinos” (MENEZES, 2003, p.78). Essas características, juntamente com os problemas de saúde pública e doenças infecciosas, bem como as necessárias reformas no porto da cidade animaram o Presidente Rodrigues Alves a planejar e executar ações no sentido de resolver essas questões, atualizando a cidade para que ela pudesse concorrer com as cidades desenvolvidas, contribuindo para que o país adentrasse no concerto das nações modernas. Em razão dessas pretensões, o presidente empossou o novo prefeito da cidade-capital, Francisco Pereira Passos, para que ele, ao lado de outros engenheiros, levasse à cabo as reformas de urbanização, higienização, modernização e embelezamento do Rio de Janeiro. Havia, portanto, distintas intenções quanto ao tipo de reforma a ser adotada no Rio de Janeiro.

Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal [...] (AZEVEDO, 2003, p. 41).

Dois nomes importantes para a história do Rio de Janeiro apareceram nessa época, ambos indicados pelo então presidente Rodrigues Alves: Francisco Bicalho, que foi designado como responsável pela reforma na zona portuária, para otimizar o escoamento de mercadorias na capital, e Pereira Passos que ficou responsável pela reurbanização da cidade, com destaque para o centro da capital, para quem a ideia de civilização “era atinente a uma série de valores desenvolvidos pela sociedade europeia ao longo da modernidade” (AZEVEDO, 2003, p. 61).

A historiografia nos mostra que as intenções de ambos os políticos convergiriam para a desestruturação do pequeno comércio do centro, da então capital, principalmente os estabelecimentos ligados ao setor de serviço alimentar. Esses lugares atendiam a um volume substancial de pessoas que, de acordo com as autoridades, causavam transtornos à ordem pública. Configurou-se, então, um saldo positivo em comum, já que o fechamento desse tipo de comércio contribuiria para a salubridade do espaço público

do centro do Rio e à medida que se encerravam esses comércios, em sua maioria de portugueses, haveria um conseqüente afastamento dos pertencentes ao mundo da desordem (MENEZES, 2003). Abria-se, assim, espaço para os estabelecimentos moldados a partir das referências francesas, tanto na cultura, quanto na estética parisiense oitocentista.

Às vésperas das reformas urbanísticas do início do século XX, os conflitos que envolviam comerciantes do centro do Rio com a população, a polícia e a própria prefeitura aumentavam exponencialmente. Havia muitas queixas em relação à adulteração de produtos, pouca fiscalização sanitária e irregularidade dos impostos em diversos estabelecimentos, principalmente os bares, armazéns e botequins. É possível encontrar documentos, daquela época, que relatam denúncias por parte da população; por exemplo, o problema de falsificação foi ranqueado como a terceira reclamação mais frequente da população aos órgãos responsáveis pela fiscalização (MENEZES, 2003).

As transformações pretendidas pelo presidente Rodrigues Alves para a cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX não foram bem recebidas pelos proprietários lusitanos do comércio na zona do centro carioca, que se mostraram, em grande parte, resistentes a algumas diretrizes dessas modificações e reclamavam de abusos das autoridades. Essa postura fez com que os portugueses ficassem com uma imagem de retrógrados, frente ao ideal de modernidade daquelas reformas (MENEZES, 2011). De certo modo, é fácil compreender o que expusemos acima, uma vez que o projeto de modernização da cidade se dava a fim de renová-la em seus aspectos e marcas coloniais e imperiais, fortemente ligadas à presença lusitana na cidade. Nesse sentido, o ataque ao comércio lusitano e a tentativa de introduzir uma mudança nos hábitos alimentares e nos estabelecimentos comerciais com vistas ao modelo parisiense informam claramente o quanto qualquer caráter lusitano daquela cidade, além de não ser desejado pela república recém-instaurada, era repellido e foi combatido pelas diversos grupos que amparavam as reformas: os engenheiros condenavam os prédios, os higienistas condenavam os hábitos pouco cuidadosos que favoreciam infestações e doenças e os policiais eram o braço da lei, atuando como representantes diretos da nova norma,

investigando, coagindo e conspirando contra a população de baixa renda frequentadora dos antigos bares.

2.1 Combate aos bares e resistência durante as reformas Passos

As reformas Passos, cuja “[...] a associação do grande capital privado com o Estado brasileiro no início do século XX, a fim de aburguesar o espaço urbano em detrimento das camadas populares” (AZEVEDO, 2003, p. 40) causou uma desestabilização nas lojas do centro, que atendiam aos residentes deste bairro, de modo geral. Entretanto os pequenos comércios foram mais atingidos, principalmente os bares, tavernas e botequins, já que estes estabelecimentos eram malvistas pelo presidente Rodrigues Alves, tanto por não se adequarem aos padrões urbanísticos ansiados por ele como pela má fama em relação ao público que atendiam.

Cabe lembrar que a primeira república representou a passagem da ordem escravista para o trabalho livre, processo esse iniciado desde 1850 com a proibição do tráfico negreiro e fortificado em 1888 com a abolição da escravidão. E essa transformação do movimento operário carioca contribuiu positivamente para a freguesia das tavernas, bares e botequins, pois, esses eram espaços de lazer para a camada popular de baixa renda (MENEZES, 2003, p. 94).

Sobre as principais motivações de Pereira Passos e Rodrigues Alves em desarticular os bares da zona central da capital é de suma importância saber que os bares eram mal vistos por não fazerem parte do ideal de cidade moderna. Fosse por sua aparência que remetia a um passado colonial inadequado ao novo modelo moderno vislumbrado para o Rio de Janeiro ou pelo tipo de clientela que esses estabelecimentos atraíam, e que também não faziam parte da aristocracia carioca. Para o presidente e o prefeito era imprescindível que alguma medida fosse tomada para apagar a imagem de cidade colonial retrógrada, abrindo espaço para a construção de uma imagem internacional da cidade-capital aos moldes parisienses.

A análise, mesmo que superficial, da camada da sociedade que fazia uso dos bares do centro do Rio é de absoluta relevância, pois pode ser um dado importante para a comparação com os usos dos bares nos dias atuais. Esses estabelecimentos continuaram e continuam a atender a população menos abastada e a mudança real que observamos

se deve à adesão de classes mais altas da sociedade ao universo dos bares ao longo do século XX. Na virada do século XIX para o XX, os botequins eram considerados locais de ambiente repugnante, pois sua frequência era em grande parte de: “boêmios, trabalhadores, desempregados e de prostitutas” (MENEZES, 2003, p.92), além de um grupo que merece destaque, e que começou a participar deste universo, o dos escravos libertos.

Com o fim do longo período escravista, uma grande parte dos libertos foi direcionada para o interior do país, principalmente para a região cafeeira, onde a demanda de mão de obra era crescente. Apesar dessa medida, muitos deles acabaram tentando se estabelecer na capital. Recém-libertos e com dificuldades de conseguir trabalhos, os ex-escravos viam os bares e botequins como um refúgio aos seus anseios, pois eram um dos poucos lugares acessíveis às classes menos abastadas: “tais locais tornaram-se uma das trincheiras da ‘cidade quilombada’, em contraponto à imposição autoritária da ‘cidade europeia’” (MENEZES, 2003, p. 94). O principal objetivo desta desarticulação do comércio, especialmente dos botequins, bares e tavernas, durante a construção da Belle Époque carioca foi o controle social da classe trabalhadora (CHALHOUB, 1986):

O problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerceria de tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema das normatizações das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular (CHALHOUB, 1986, p.51).

Os imigrantes eram associados aos condicionantes do atraso e da miséria: os portugueses, que chegaram a 20% da população carioca, se tornaram contrapontos à imagem do progresso, quando comparados aos franceses e ingleses, considerados comerciantes elegantes, enquanto os portugueses eram “arrogantes”, “teimosos”, “resmungões”, “estúpidos”, entre outros adjetivos (MENEZES, 2011).

A reestruturação do centro do Rio de Janeiro, ocorrida entre 1902 e 1906, não eliminou o pequeno comércio por completo. De fato, muitas lojas tiveram suas portas fechadas, mas, “o que ocorreu foi uma espécie de ‘depuração’ aos olhos das elites locais” (MENEZES, 2003, p. 80) com um crescente número de novos contratos, que abriam lojas em toda a região central. Contratos estes que até superavam em volume os negócios que

havia sido fechados por ventura da reformulação da cidade. Entretanto, as reformas Passos foram assertivas quanto à desestruturação dos bares, botequins e tavernas no centro do Rio, haja vista a perseguição feita aos quiosques da cidade.

A progressiva falência dos bares que resistiram às reformas Passos, tipo de comércio do qual os portugueses tinham presença significativa, é explicada não somente pela forte pressão da reforma urbanística, mas também pela imagem que esses estabelecimentos tinham diante da alta sociedade. Para ela, pessoas providas de melhores oportunidades, os bares eram lugares insalubres e serviam para acúmulo de pessoas ditas como indesejadas (pobres, proletariados, prostitutas, etc.), e por isso, era de interesse dessa parcela da população que o centro do Rio se tornasse um local mais aprazível e elitizado, conforme o modelo europeu em voga. Não só a burguesia ansiava por intervenções no comércio, uma das razões que explica o declínio dos bares pode ser elucidada pelo já exposto anteriormente: o fato de que a população residente da zona central da capital queixava-se da postura dos proprietários em relação à confiabilidade dos seus produtos.

Sobre a população residente no centro, pode-se acrescentar ainda que o movimento migratório para outras regiões da cidade já era percebido nas duas últimas décadas precedentes às reformas de 1902 a 1906, contribuindo para um esvaziamento da área, através das medidas adotadas por Pereira Passos. Esse movimento tornou o centro e a zona portuária do Rio de Janeiro de caráter majoritariamente comercial, ideia alicerçada pelo seguinte trecho:

Esse foi um processo pelo qual Passos não tem a totalidade da responsabilidade, pois, em 1872, 1.408 famílias habitavam o espaço central do município do Rio de Janeiro; em 1890, [...] apenas 575 famílias [...] (MENEZES, 2003, p.79).

Essas famílias passaram a firmar residência em áreas nas imediações do centro. Constatou-se com o recenseamento realizado em 1890 um grande número de estrangeiros residindo no bairro da Glória, além da presença de dois recentes bairros, o da Gávea e o do Engenho Novo; em 1906, mais cinco bairros, sendo estes Gamboa, Andaraí, Tijuca, Méier e Santa Tereza (MENEZES, 2007). A ocupação dessas áreas recém-reconhecidas pelo Censo estava associada, principalmente, à proximidade do núcleo comercial da capital, ao desenvolvimento do setor secundário, como no caso

dos bairros da Tijuca, Andaraí e Gávea, com a indústria têxtil, ao avanço dos modais de transporte, como ocorrido no Méier, pela ampliação da malha ferroviária e à ampliação do perímetro urbano.

Dentre os imigrantes presentes no Rio de Janeiro, verificou-se um grande volume de imigrantes portugueses, representando entre 61% e 76% (MENEZES, 2007) dos estrangeiros que se estabeleceram no Rio de Janeiro no século XX e estes tiveram representação significativa, não só na economia, mas também nos movimentos migratórios acima relacionados. No Censo de 1920 foram confirmados mais portugueses do que brasileiros residindo no bairro da Lagoa; esse dado exemplifica o quão volumosa foi a presença lusitana no Rio de Janeiro (MENEZES, 2007).

2.2. Outras importantes influências para a transformação dos bares cariocas

Até metade do século XX era possível encontrar a forte presença do pequeno comércio de bares e armazéns na região central do Rio de Janeiro, mesmo depois de todas as pressões ocorridas durante as reformas Passos. Desse modo, não foram os paradigmas de europeização e embelezamento da cidade, caros às reformas urbanas que o Rio de Janeiro enfrentou nas primeiras décadas do século XX, que puseram fim àquele comércio tradicional. Já a influência dos costumes de consumo norte-americanos, especialmente no pós-guerra, que ditavam o modelo de padronização de gostos nas Américas, através da implacável propaganda do *american way of life*, se vê como um dos aspectos cruciais para o declínio do comércio varejista de rua daquele momento. Apesar da resistência do comércio de rua no Rio de Janeiro, a cultura americana de centralização de vendas com variedade de produtos, que se proliferava pelo mundo ocidental aos poucos mudou a dinâmica comercial carioca. Começaram a aparecer os primeiros centros comerciais e grandes redes de mercado. Assim, os armazéns, foram perdendo força, pois não conseguiam competir com o poder de barganha dos novos empreendimentos.

Não só os armazéns foram atingidos pela dificuldade de se adaptar às novas demandas da sociedade. Outro típico comércio de rua que perdeu força frente à padronização de gostos e ao contínuo processo de concentração de vendas foi aquele “comércio lusitano, orientado para artigos identificados como produtos tradicionais da mesa portuguesa”

(MENEZES, 2011, p.4), não se adaptando facilmente à nova realidade comercial, perdendo cada vez mais espaço ao longo da segunda metade do século XX para os *fast-foods* e para os cafés despossuídos de mesas, que atendiam direta e rapidamente nos balcões.

Apesar da mudança de caráter político da cidade ao longo dos anos 1960, outros tipos de comércio ligados ao setor alimentício começaram a aparecer no cenário mercadológico do Rio de Janeiro como, por exemplo, o Shopping do Méier, que iniciou seus serviços em 1963, e o Iguatemi, em 1966, sendo esses os primeiros centros comerciais de grande porte da cidade do Rio de Janeiro (BARROS, 2010).

No breve fervor econômico dos anos 1970 foram abertos os primeiros hipermercados, concorrentes imediatos dos antigos armazéns de secos e molhados, implicando em um declínio exponencial do comércio de rua. Para os proprietários dos bares e armazéns portugueses tornava-se cada vez mais difícil competir com os hipermercados. Simultaneamente, o lazer e as compras passaram a se dar principalmente nos *shoppings centers*, e não mais na rua, onde estavam localizados os bares. Esses novos ambientes conjugavam recursos como segurança, comodidade e diversas opções de lojas em um mesmo espaço, o que tornou os shoppings sedutores aos novos consumidores quando estes passaram a travar contato com novas maneiras de empregar o seu tempo livre (VAROTTO, 2006). Devido a essa série de acontecimentos, gradativamente, o comércio de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro perdeu o espaço e a representatividade que tinha até as primeiras décadas do século XX.

A segunda metade daquele século ficou marcada pelos avanços tecnológicos e pela cada vez maior concentração de vendas em um mesmo espaço, hábito mais artificial se comparado ao dinamismo da rua. Se após as reformas Passos e a crescente influência norte-americana já era difícil concorrer com as grandes redes de mercado, as várias crises econômicas enfrentadas nacionalmente mais os problemas da ordem de segurança pública localmente tornaram praticamente inviável manter de portas abertas os estabelecimentos do pequeno comércio do centro do Rio. Além disso, quanto mais se aproximava o século XXI, mais exigentes e múltiplos se tornavam os clientes, colocando em pontos distantes e distintos a padronização e o pronto atendimento de um lado e os

bares e botequins tradicionais do Rio de Janeiro e as suas sociabilidades intrinsecamente marcadas pelas trocas com a rua de outro lado.

3. Sociabilidades nos bares: tempo livre, tradição e cultura urbana

O trecho abaixo aponta para um costume da camada da população menos abastada em meados do século XIX na Inglaterra, mas também se mostra suficientemente atual quando observamos a dinâmica social presente nos bares de hoje em dia. Apesar de grupos de maior poder aquisitivo terem se aproximado desses ambientes ao longo do século XX, ainda hoje se encontra ali comumente a classe dos trabalhadores menos favorecidos.

[...] Esses ambientes podem ser vistos como ponto de escape e de sociabilidade para a população de baixa renda. As bebedeiras que neles ocorriam associavam-se à incerteza da vida e à miséria, originadas nas dificuldades de se conseguir emprego. O consumo de cerveja, na sua conotação cultural, era um signo de socialização e de valor dietético, influenciando o desempenho de trabalhos pesados. Como se dizia na Inglaterra da primeira metade do século XIX: era para “repor o suor” (Thompson, 1987, p.110 *apud* MENEZES, 2003, p.92).

No bar, a interação social se faz presente de maneira marcante e é justamente esse viés que será abordado como pilar de interesse central no processo de patrimonialização dos bares tradicionais cariocas. O entendimento sobre a socialização, portanto, nos ajuda a compreender como os bares passaram a ser considerados patrimônio cultural carioca, tendo em vista que esses lugares são mais do que estabelecimentos alimentícios, mas lugares de encontros e trocas, criando uma rede simbólica, cultural e social para a qual eles ajudam a dar sentido e da qual fazem parte.

É através da socialização que criamos a noção de grupo, sendo esse composto por hábitos, costumes e restrições inerentes ao universo dessa associação. Em complemento a essa ideia, tem-se que:

Só há associação quando indivíduos isolados entre si passam a se relacionar a partir de [...] formas específicas de ser com e para um outro – formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação”. (Simmel, 1983, p. 166, *apud* OLIVEIRA & VIEIRA, 2015, p.50).

A sociabilidade se relaciona com a apropriação de um espaço à medida que este último adquire um valor simbólico para um grupo específico de indivíduos. Essa apoderação se

sucedem devido a sua utilização conjunta norteadas por sentimentos de territorialidade e pertencimento, de modo que:

O território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político e econômico) de um espaço socialmente partilhado [...] (HAESBAERT & LIMONAD, 2007, p. 42).

O bar, por toda a dinâmica social já descrita anteriormente, se encaixa nessa categoria de lugar de pertencimento. O bar, portanto, é uma extensão da casa para alguns grupos, de modo que é possível entendê-lo como um exemplo de lugar simbólico onde a sociabilidade se faz base para tal apropriação (DAMATTA, 1997, p.44). A relação do carioca com os bares pode ser compreendida através das considerações sobre como se dá o relacionamento entre a esfera pública e privada no Rio de Janeiro. Esses dois universos, mesmo que diversos, não estariam totalmente apartados na experiência carioca; tenta-se buscar na rua espaços que possamos identificar como privados, ou que se associe ao ambiente privado, ou que impliquem em alguma familiaridade entre espaço privado e espaço público.

[...] espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua 'casa', ou seu 'ponto' [...] a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali 'vivem' como 'se estivessem em 'casa' [...] (DAMATTA, 1997, p. 55).

O trecho acima nos faz pensar, por exemplo, nos bares que são frequentados por um dado grupo, sempre nos mesmos horários e dias da semana. A dualidade descrita acima pode ser aproximada pelo termo "sociedade relacional" (DaMatta, 1997), o que exprime um forte traço da personalidade do brasileiro, em forma de herança da estrutura patriarcal remanescente até hoje, em que as relações são dadas como mais íntimas e mais casuais, de modo que a "tão intensa presença portuguesa no Rio de Janeiro deixou marcas indelévels em áreas tão díspares como a arquitetura, os costumes, a culinária e mesmo o sotaque dos cariocas" (ASSIS & DUARTE, 2007, p. 143). Para os autores, muitas características da cidade e do povo natural do Rio de Janeiro têm semelhança com os costumes e memória do português que aqui viveu. Esse pensamento vai ao encontro da ingerência da cultura europeia em ex-colônias, conforme se lê no trecho abaixo:

Frutos da urbanização contribuíram decisivamente na ereção das grandes cidades portuárias do Novo Mundo: Nova York, Rio de Janeiro, Buenos Aires, promovendo uma integração indissolúvel entre as culturas de origem e as culturas de adoção. Os arquitetos europeus erigiram grande número de obras urbanísticas, através do mundo, imprimindo sua marca arquitetônica presente nas edificações e, sobretudo, nos monumentos públicos [...] (ARRUDA, 2007, p.37).

A integração das culturas mencionada anteriormente introduz o próximo item a ser considerado no presente artigo: o patrimônio imaterial como capital simbólico local. O patrimônio na concepção da sociedade baseia-se na memória, como elemento que dá vida a ele mesmo, em especial no âmbito imaterial (DAMATTA, 1997). Tanto os rituais religiosos, como a festa de São João, quanto padrões nos encontros em determinados lugares, como a ida ao bar às quartas-feiras para assistir aos jogos de futebol, podem ser considerados exemplos de memória coletiva e que podem servir como base para a construção do patrimônio imaterial, somados a outros elementos relevantes ao tema, como é o caso da produção de significados através da cultura – dita mais popular – produzindo compreensões de si, que passam pela manutenção de hábitos, gestos, gostos, celebrações, espaços de encontro, como acontece quando pensamos na importância que tem os bares para a vida dos cariocas. Bares e restaurantes integram a paisagem urbana e configuram-se não apenas como locais de comercialização de bebidas e ingestão de refeições, mas também como espaços com possibilidades de usufruir o ócio, de interação social, uma alternativa de lazer. O bar, pelo menos no Rio, apresenta essa dupla relação: tanto ele se mantém com a importância que tem porque para ele se dirigem os cariocas e suas peculiares formas de frequentar o bar, como o bar e toda a sua ambiência colaboram para a conformação da cultura urbana carioca tal como ela vem se desenhando.

O bar é visto como o lar ou a segunda casa de muitos clientes assíduos de um estabelecimento em particular. Tal afirmativa se justifica com base no depoimento de um famoso frequentador destes ambientes, Aldir Blanc, que no prefácio de “Memória Afetiva do Botequim Carioca” diz:

O Capela foi meu por uma década e meia. Sou amigo do garçom Cícero, um craque várias vezes laureado com o galardão de Melhor Garçom do Rio, o que não é fácil. Lá, participei de um concurso de conhaque e venci. Quando, eufórico (minha suburbana danada da vida...), saí, faltou gravidade, e parei por um instante em pleno ar! Não dei de cara no chão porque aquele senhor de

cabeça branca da porta do Capela (uma parada duríssima quando mais jovem, em Copacabana) me pegou em pleno voo e me enfiou feito um torpedo num táxi... (MELLO & SEBADELHE, 2015, p.19).

É possível identificar na cultura carioca o hábito por frequentar esses lugares, desde os primeiros quiosques, armazéns até os bares de hoje em dia, sejam eles símbolos da resistência de tempos anteriores ou novos estabelecimentos com uma roupagem do século passado. Interessante ressaltar que esse tipo de lazer acompanhou as mudanças que a cidade sofreu ao longo do tempo e as transformações dos padrões de divertimento. Nesse sentido, é importante sublinhar que o caráter tradicional dos bares não reside exclusivamente na sua antiguidade, embora ela não seja um elemento descartável ou menos importante, mas tanto para o cadastro como para este artigo a tradição é compreendida como uma relação dinâmica entre pessoas e um lugar específico, que perdura, se transforma e se ressignifica no tempo, dialogando com as próprias transformações da sociedade, da cidade, e das trocas em âmbito comercial.

A forma de administração dos bares portugueses do século passado foi regida por um padrão de comportamento: a gestão era predominante familiar e o bem, quando o dono falecia, passava a ser tocado pelos herdeiros ou algum outro compatriota, em grande parte dos casos, de modo que:

A administração familiar [...] é considerada como uma das tradições desses bares e botequins. Passando de pai pra filho, do marido falecido à esposa, do dono português a algum funcionário português ou não de confiança e que ali dedicou parte da sua vida, enfim, muitas podem ser as possibilidades de perpetuação desses espaços de sociabilidade com o passar dos anos.[...] (CASTRO, 2013, p. 59).

A influência da cultura e hábitos dos portugueses é muito representativa para esse tema e pode ser associada aos números que comprovam que a cidade do Rio de Janeiro se destacou como um importante destino para a comunidade lusitana, fenômeno este que se manteve até metade dos anos 1950 (TRICHES, 2010).

O Censo Demográfico brasileiro de 1920 identifica um total de 172.338 portugueses residentes na Capital, sendo 117.604 homens e 54.734 mulheres. Além disso, mostra que em um grupo de 10000 habitantes estrangeiros no Rio de Janeiro, 7581 eram de portugueses, ou seja, quase 76% da população estrangeira. (TRICHES, 2010, p. 2)

Os imigrantes portugueses daquela época tinham o costume de firmar residência próxima aos seus compatriotas, normalmente em bairros perto dos seus comércios

(TRICHES, 2010). Existia uma forte dinâmica de troca entre eles, principalmente no âmbito comercial, que se concentrava na zona central da cidade do Rio de Janeiro. Um fato importante sobre a manutenção da cultura dos imigrantes lusitanos é a importância que os mesmos davam para manter viva a tradição e costumes. Eles, com os próprios recursos, construíram centros de apoio aos que imigravam de Portugal e conservam a identidade através do convívio de modo geral. Toda essa prática de valorização da sociabilidade pode ter contribuído para que os espaços comerciais, como os bares, tenham tomado uma função atávica no Rio de Janeiro.

Desde o início do século XX, os bares, e seus correlatos, atraíram cada vez mais camadas distintas da sociedade deixando esses ambientes, ao mesmo tempo, igualitários e diversos. Neles era comum encontrar frequentadores expressando práticas cotidianas inerentes a uma ou outra cultura específica. Os bares se tornavam símbolo da heterogeneidade cultural. Entretanto, é justamente a evidenciação dessa faceta que contribuiu para a apartação dos estabelecimentos. Atraindo assim represálias severas promovidas por práticas, como as das reformas Passos, que defendiam, dentre outras medidas, a higienização do centro do Rio de Janeiro, desrespeitando estes lugares em defesa de uma “limpeza social” da paisagem e combate aos personagens da boêmia.

Entretanto, mesmo as reformas urbanísticas do início do século XX tendo desmantelado a dinâmica comercial vigente na capital, os bares portugueses não perderam sua identidade, nem a memória cultural herdada pelos lusitanos ou sua clientela assídua e variada. A reestruturação dos estabelecimentos que resistiram às reformas se deu pelas novas exigências da sociedade e dos arranjos comerciais. Assim, mantiveram a memória e *status* simbólicos, tanto os que permaneceram no centro, como os que passaram a ocupar novas zonas da cidade, inclusive os morros. Os populares realizaram ajustes em seu modo de vida e sobreviveram, renovando tradições antigas, reforçando e construindo novos laços de solidariedade e ajuda mútua (CHALHOUB, 1996).

Os estabelecimentos comerciais portugueses fortaleceram sua identidade, dentro e em torno dos bares e, entre os balcões e as calçadas onde foram tecidos diálogos interculturais, que enriqueceram a memória e construíram assim um patrimônio de significativa relevância, em sua diversidade. Assim alguns bares permaneceram no

centro do Rio, haja vista sua capilaridade, demonstrada pelo fato de que 75% dos logradouros possuíam algum tipo de comércio (MENEZES, 2003).

Talvez muitos destes que permaneceram no centro se tornaram “pé-limpos”, ou pelo menos com uma roupagem mais adequada ao cenário pós-Pereira Passos, pois tais espaços de sociabilidade acabaram se adaptando à modernidade que seguiu se impondo através de outras reformas ao longo de todo o século XX e XXI. O bar, portanto, é aqui tratado como espaço de sociabilidade, elemento esse fundamental para o entendimento de “lugar” aqui utilizado (HOLZER, 1999). É preciso destacar que, nesta pesquisa, o bar tradicional é concebido como um lugar, que, em razão de se abrir para fora e para dentro (público e privado), constrói relações diretas com a rua em que está localizado, assim como com os moradores da região e até mesmo com a dinâmica relacional do bairro. Desse modo, o bar justamente por permear as vivências e impressões individuais e coletivas de quem circula por ali, possui significação, história e complexidade. As pessoas ou grupos sociais ali envolvidos ajudam a compor o significado simbólico e a estruturar aquele lugar como um espaço mítico-conceitual. Portanto, pode-se entender o bar como um espaço apropriado por indivíduos ou grupos que depositam ali uma forte carga emocional transformando-o em lugar, já que articula simultaneamente a história do próprio bar, dos grupos que o frequentam particular e ainda os usos ligados ao tempo livre e ao lazer, alimentando e sendo alimentados pela dinâmica cultural carioca, o que nos ajuda a compreender a seleção dos bares como patrimônio cultural do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Os portugueses detiveram uma grande representatividade na imigração do século XIX e XX e se fizeram presentes no comércio do centro do Rio de Janeiro, que foi crescendo e se adaptando às mudanças da cidade, principalmente no que diz respeito aos movimentos modernizadores da cidade. Como, na época, esses estabelecimentos não eram bem vistos por parte da população e autoridades, principalmente em função de sua clientela, justificou-se, aliado a outros pensamentos ditos como progressistas como movimentos relacionados à arquitetura e questões higienistas, uma reestruturação na

cidade, que trouxe reflexos objetivos para a sua dinâmica comercial. As reformas Passos promoveram uma verdadeira “caça às bruxas” afetando muitos estabelecimentos na época, como eram os bares e botequins da época. Muitos deles não resistiram e fecharam as portas, entretanto alguns resistiram e os que foram inaugurados após esse período, e que perduram até hoje, também são símbolos de resistência por sobreviverem a outros diversos períodos críticos como o da padronização dos gostos a partir da referência norte-americana.

Foi destacado aqui, dentre outros aspectos que explicam essa resistência, a sociabilidade como pilar de relevância inegável para a manutenção da aura desses bares históricos que fizeram e fazem parte da cultura urbana carioca. A tradição, assim, não se vê somente associada à antiguidade desses bares, mas também à memória coletiva concebida a partir da interação entre os atores dessa dinâmica (população de entorno, habitués, proprietários e funcionários) vivida nesses ambientes, tendo-se identificado especialmente este elemento das sociabilidades como aquele responsável por fazer com que os bares tradicionais cariocas sejam considerados bens culturais da cidade.

Referências

ARRUDA, José Jobson. A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização. **Cepese: CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE**, Porto, p.13-40, 2007.

ASSIS, Charleston José de Sousa; DUARTE, Leila Menezes. Imigração portuguesa e conflito urbano: Portugueses detidos na casa de detenção do Rio de Janeiro (1880 - 1930). **Cepese: CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE**, Porto, p.143-170, 2007.

AZEVEDO, André Nunes. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 39, 2003.

BARRA, Sérgio. **Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CASTRO, Ana Monteiro de Barros Hardmande. **Bares e Botequins Tradicionais: patrimônios culturais para as sustentabilidades na cidade do Rio de Janeiro. 2013. 262f. Dissertação (Mestrado)** – Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. Unicamp, 2015. 368 p.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 163 p.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

GONÇALVES, J.R. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

HAESBERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Espaço, Tempo e Crítica**, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, Niterói, v.1, n.2, pp.39-52, agosto de 2007.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.67-78, jul. 1999.

MELLO, Paulo Thiago de; SEBADELHE, Zé Octávio. **Memória afetiva do botequim carioca**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda., 2015. 255 p.

MENEZES, Lená Medeiros de. A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida. **Cepese: CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE**, Porto, p.103-119, 2007.

MENEZES, Lená Medeiros de. O pequeno comércio português no Rio de Janeiro: histórias e gênero. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Anpuh, 2011. pp. 1 - 8.

MENEZES, Lená Medeiros de. Os bares da vida: Espaços de sociabilidade e de construção poética. In: **CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**, 12. 2008, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cifefil, 2009. P. 50 - 58.

MENEZES, Wagner Chagas de. O punha saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, 2003, pp. 77-109.

OLIVEIRA, Luciana de; VIEIRA, Vanrochris Helbert. Nas tramas do discurso: sociabilidade, comunicação, cultura e poder. **Intexto**: UFRGS, Porto Alegre, n.33, pp. 46-63, maio de 2015.

PAULILO, André Luiz. Os artífices da metrópole: Anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque. **Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 25, n. 87, p.513-534, ago. 2004.

PEREIRA, Miriam Halpern. A emigração portuguesa para o Brasil e a geoestratégia do desenvolvimento euro-americano. **Cepese: CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE**, Porto, p.41-50, 2007.

TRICHES, Robertha. A revista Lusitanis e a colônia portuguesa no Rio de Janeiro: espaços de sociabilidade e estratégias de inserção social. In: **Encontro Regional da Anpuh – Rio Memória e Patrimônio**, 2010, Rio de Janeiro.

VAROTTO, Luís Fernando. História do Varejo. **FGV - Executivo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.86-90, fev. 2006. FGV-EAESP.

Recebido: 15.10.2019
Aprovado: 30.11.2020